

# DEMOCRATIZAR A TERRA E A EDUCAÇÃO (II)

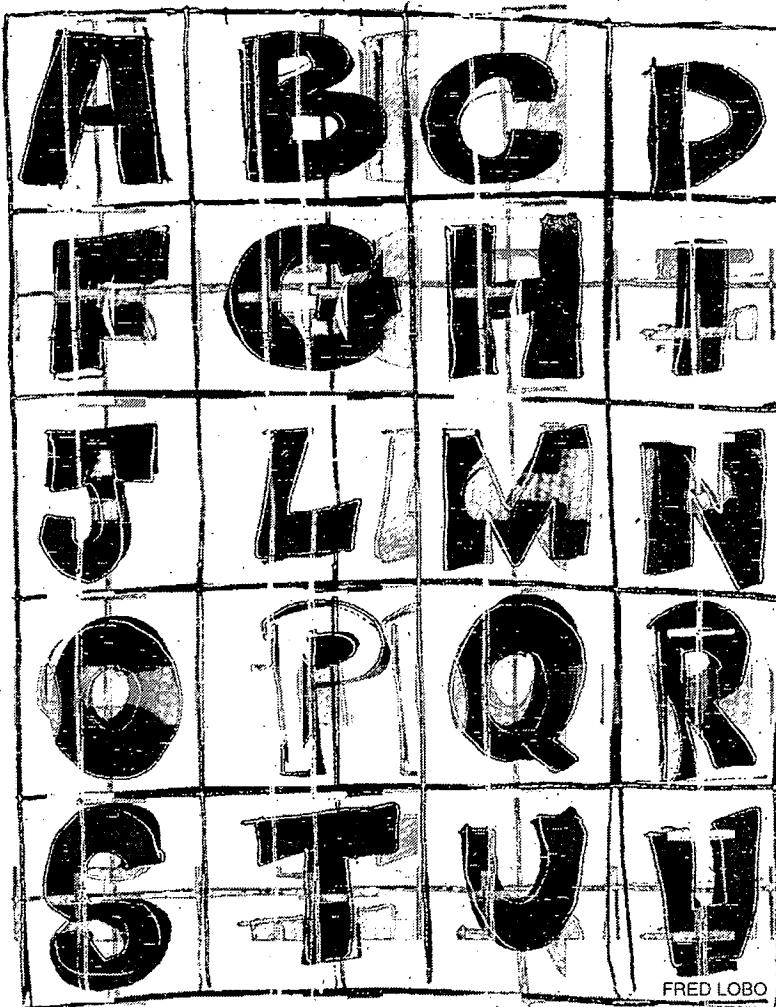
João Claudio Todorov  
Mônica Castagna Molina

25 JUL 1997

A realização do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores de Reforma Agrária (I Enera), no espaço da Universidade de Brasília, objetiva, além de promover a troca de experiências pedagógicas desenvolvidas em assentamentos e acampamentos de todo o país, envolver e aproximar universidade e movimentos sociais. Todo o esforço de participação das instituições de ensino superior no processo de reforma agrária será minimizado se a única frente de ação se restringir aos convênios governamentais, que têm papel significativo na viabilização efetiva da inserção das universidades no processo de reforma agrária, em função da generalizada crise financeira porque passam as instituições acadêmicas.

Importa-nos envolver as universidades no processo de reflexão que conjuga o debate central do problema agrário brasileiro, a concentração fundiária, e as consequências desse problema para a sociedade como a dificuldade ao acesso à educação, ao emprego, à saúde. A base do caos em Alagoas é exemplo de um privilégio concedido aos usineiros, grandes proprietários de terra no Nordeste. Em um ensaio sobre a democracia, Marilena Chaúf analisa os privilégios como interesses da minoria tomados como direito à exploração e à dominação da maioria. Milhares de funcionários há meses sem receber, serviços fundamentais do Estado à população, arrasados. Mas o privilégio aos usineiros garantido por Collor não pode ser quebrado, "é direito". A fome? É contra a lei. José Rainha, que luta contra ela, está condenado a 26 anos de prisão.

É vital às universidades deixarem-se permear pelas questões que estão sendo suscitadas pelos movimentos sociais. Os conflitos permanentes em torno do acesso à terra, o alto índice de desemprego nas cidades, a violência urbana crescente, são indícios cada vez mais fortes de que os níveis de tensão entre privilégios e carências na sociedade brasileira estão atingindo limites intoleráveis. A



base da manutenção desses privilégios é a concentração da propriedade fundiária. Somos o segundo país do mundo em concentração de terra, só perdendo para o Uruguai, e o sexto em pobreza rural, apesar de possuirmos uma das maiores áreas agricultáveis do mundo.

Alterar a estrutura fundiária é hoje condição sine qua non para a democracia brasileira. A partir da democratização do acesso à terra, ficam criadas condições mínimas para acesso a outros bens fundamentais como alimento, emprego e moradia.

A abertura de maiores espaços de cidadania aos trabalhadores rurais está intimamente ligada ao acesso à terra e à educação. Tão importante

quanto a terra é romper o círculo de ferro da exclusão social que nega uma escola democrática e universalizada. O nível de industrialização da agricultura atual é incompatível com os índices de analfabetismo nos assentamentos e acampamentos.

Períodos importantes do I Enera serão dedicados à reflexão sobre o problema agrário que enfrentamos e à construção de um novo projeto para o Brasil. Um novo projeto cuja preocupação central seja a inclusão dos milhares de trabalhadores rurais em condições de vida e trabalho dignas de seres humanos que são. Não pode haver democracia se os direitos não são garantidos, se de fato não são universais, não atingem e protegem

todos os membros da sociedade. Enquanto não houver cidadania plena no campo, enquanto as populações rurais continuarem obrigadas a vir para as cidades, será impossível resolver problemas dos grandes centros de maneira definitiva.

É fundamental que no processo de industrialização agrícola os trabalhadores rurais tenham acesso às mais adequadas técnicas produtivas, que lhes permitam não só suprir necessidades básicas de autoconsumo agrícola mas, principalmente, de transformar as condições gerais da qualidade de vida das populações rurais, tornando o campo e as pequenas cidades do país locais atrativos e viáveis. Um novo modelo de desenvolvimento rural que invista em educação e capacitação de jovens, ao mesmo tempo em que injete subsídios para consolidar e criar agroindústrias administradas pelos assentamentos, escolas agrícolas como centros capacitadores e formadores não só de força de trabalho especializada, mas também como unidades produtivas empregadoras da população rural local, ampliando e dinamizando o mercado de consumo à sua volta.

As mudanças, as rupturas que os movimentos sociais rurais têm conquistado, alargando o alcance da cidadania e da democracia, são mais que suficientes para garantir a legitimidade e a importância política tais atores, para o conjunto da sociedade brasileira. Acima de todos esses argumentos, no campo e na cidade, crianças, homens e mulheres estão morrendo de fome. Morrendo de desespero, de falta de emprego, de abandono. Basta-nos isso para assumirmos o compromisso pela construção da vida, da dignidade, da alegria e da liberdade. Bem-vindos, educadoras e educadores de reforma agrária, a Universidade de Brasília os acolhe.

■ João Claudio Todorov é reitor da Universidade de Brasília  
■ Mônica Castagna Molina é coordenadora do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da UnB